

**GABRIELLA ROSSETTI FERREIRA
(ORGANIZADORA)**



**CULTURA,
RESISTÊNCIA E
DIFERENCIAÇÃO
SOCIAL 2**

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

Cultura, Resistência e Diferenciação Social 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C968	Cultura, resistência e diferenciação social 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Cultura, Resistência e Diferenciação Social; v.2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-524-2 DOI 10.22533/at.ed.242190908 1. Antropologia. 2. Identidade cultural. 3. Resistência cultural. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série. CDD 306
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Cultura, Resistência e Diferenciação Social – Vol. 2” traz diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo das ciências humanas.

Freud, em *O mal-estar da civilização*, obra renomada e publicada em inúmeras edições, defende que a civilização é sinônimo de cultura. Ou seja, não podemos desassociar a funcionalidade cultural em organizar um espaço, determinar discursos e produzirem efeitos.

Por vivermos em tempos em que só o fato de existir já é resistir, seria ingenuidade, tanto de assujeitamento, quanto social, acreditar que a cultura não vem produzindo a resistência, principalmente na diferenciação social. Entre estudiosos, um dos pontos mais questionáveis, entre pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, é sobre o papel do professor como agente cultural, no espaço escolar, mas não podemos legitimar que a escola, bem como o professor, sejam os principais influenciadores. Há, no social, trocas dialógicas, enunciativas e discursivas que configuram e constituem o sujeito em meio sua adequação individual, ou seja, o acultramento perpassa por “muitas mãos”, instituições, sujeitos, ideologias que atuam na formação estrutural.

De acordo com nossas filiações, determinamos culturas, determinamos não culturas, assim como afirma Bourdieu (1989), que responsabiliza essas legitimações aos próprios sujeitos que as vivem. Resistir seria, neste caso, transformar o mundo no qual estamos inseridos. A escola precisa ser transformada, há muito tempo ela serve à legitimação da cultura dominante. É de fundamental relevância que a escola esteja cada vez mais próxima daqueles que são, de certa forma, o coração que a faz pulsar, da comunidade escolar que, ao garantir sua identidade cultural, cada vez mais se fortalece no exercício da cidadania democrática, promovendo a transformação da escola em uma escola mais humanizada e menos reprodutora, uma escola que garanta, valorize e proteja a sua autonomia, diálogo e participação coletiva. Assim, dentro dessa coletânea, buscou-se a contribuição do conceito de mediação como um possível conceito de diálogo para com as problemáticas anteriormente explicitadas.

O termo ensino e aprendizagem em que o conceito de mediação em Vigotsky (2009) dá início à discussão a uma discussão sobre mediação, que considera o meio cultural às relações entre os indivíduos como percurso do desenvolvimento humano, onde a reelaboração e reestruturação dos signos são transmitidos ao indivíduo pelo grupo cultural. As reflexões realizadas, a partir dos artigos propostos na coletânea, nos mostram que a validação do ensino da arte, dentro das escolas públicas, deve se fundamentar na busca incessante da provocação dos sentidos, na ampliação da visão de mundo e no desenvolvimento do senso crítico de percepção e de pertencimento a determinada história, que é legitimada culturalmente em um tempo/espaço.

A escola precisa fazer transparecer a possibilidade de relações sociais, despertar e por assim vir a intervir nestes processos. Se deve analisar de maneira mais crítica

aquilo que é oferecido como repertório e vivência artística e cultural para os alunos, bem como se questionar como se media estas experiências, ampliar as relações com a arte e a cultura, ao contrapor-se ao exercício de associação exercido muitas vezes pela escola nas práticas de alienação dos sujeitos diante de sua realidade.

Todos, no espaço escolar, atuando de maneira mais contributiva como lugar propício para ressignificação, mediação, produção cultural e diálogos culturais, que articulados junto a uma política cultural democrática podem vir a construir novos discursos que ultrapassam os muros que restringem a escola a este espaço de dominação, legitimado pelo atual sistema. A escola, dentro desta perspectiva, passa a ser concebida como um espaço de dupla dimensão. Dentro desta concepção, os processos de mediação potencializam a práxis de um pensamento artístico e cultural. É, atuando atrelado ao cotidiano, em uma perspectiva de mediação, que parte destes pressupostos apresentados que a escola passa a adquirir um carácter de identidade, resistente à homogeneização cultural.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“OS SERTÕES”, CANUDOS E CONSELHEIRO: NEM TUDO É POSITIVISMO	
Izaias Geraldo de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.2421909081	
CAPÍTULO 2	18
A PERSONALIDADE DE UM POVO, O TANGO E A SUA MEMÓRIA	
Daiane Glaucia de Oliveira	
Samuel Klauck	
DOI 10.22533/at.ed.2421909082	
CAPÍTULO 3	26
A TEORIA DA REVOLUÇÃO DO P.C.B.: OCTÁVIO BRANDÃO, A ALIANÇA DE CLASSES E O FEUDALISMO (1922-1935)	
Danilo Mendes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.2421909083	
CAPÍTULO 4	43
ANTROPOLOGIA E MODA: REFLEXÕES SOBRE A REDE DE CRIADORES E CRIADORAS DE SALVADOR	
Luana Nascimento Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.2421909084	
CAPÍTULO 5	54
“APRENDI COM MINHA MÃE”: O CONHECIMENTO TRADICIONAL NO TRATAMENTO DE ALGUMAS DOENÇAS EM TRÊS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO RIO GRANDE DO SUL	
Adelmir Fiabani	
DOI 10.22533/at.ed.2421909085	
CAPÍTULO 6	72
ARTE, CULTURA E MEMÓRIA NO PENSAMENTO DE FRIEDRICH NIETZSCHE	
Danilo Morae Lobo	
Auterives Maciel Jr	
DOI 10.22533/at.ed.2421909086	
CAPÍTULO 7	81
CABARÉ DA RRRRRAÇA: O RECURSO DO RISÍVEL COMO METÁFORA DO ENTRE -LUGAR	
Gildete Paulo Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.2421909087	
CAPÍTULO 8	90
COMUNIDADES TRADICIONAIS E A CONSERVAÇÃO DA FLORESTA: UM OLHAR SOBRE A COMUNIDADE VILA FRANCA, RESEX TAPAJÓS-ARAPIUNS, PARÁ, BRASIL	
Marcos Diones Ferreira Santana	
Emeli Susane Costa Gomes	
Luciana Edilena Santos Guimarães	
Ana Daiane Lopes Costa	
Jarlei Dominique Souza da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2421909088	

CAPÍTULO 9	101
MEMORIAL DA IMIGRAÇÃO E CULTURA JAPONESA DA UFRGS E O POEMA HAICAI: EM PROL DA DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL À SOCIEDADE LOCAL	
Tomoko Kimura Gaudioso	
DOI 10.22533/at.ed.2421909089	
CAPÍTULO 10	105
NACIONALISMO SOCIAL, CORPORATIVISMO FASCISTA E “AUTORITARISMO INSTRUMENTAL” NO PENSAMENTO DE OLIVEIRA VIANNA	
Fabio Gentile	
DOI 10.22533/at.ed.24219090810	
CAPÍTULO 11	117
O NEORREALISMO E O CICLO BAIANO DE CINEMA: A CONFIGURAÇÃO DE UM IDEÁRIO ÉTICO-ESTÉTICO NA BAHIA NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960	
Euclides Santos Mendes Milene de Cássia Silveira Gusmão	
DOI 10.22533/at.ed.24219090811	
CAPÍTULO 12	127
PONTOS DE CULTURA DO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO E OS NOVOS PARADIGMAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS	
Tárcio Leonardo Santos Mota	
DOI 10.22533/at.ed.24219090812	
CAPÍTULO 13	135
SABERES E HISTÓRIAS DAS BENZEDEIRAS NO LITORAL DO RIO GRANDE DO SUL	
Ana Paula Danielli André Boccasius Siqueira	
DOI 10.22533/at.ed.24219090813	
CAPÍTULO 14	142
SENSIBILIDADES DO LEMBRAR E DO ESQUECER NOS CORDÉIS-MEMÓRIA DE JARID ARRAES	
Fernanda Santos de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.24219090814	
CAPÍTULO 15	152
TORÉ, UM DUETO DE FORÇAS QUE REÚNE POVOS ANCESTRAIS	
Elizabete Costa Suzart	
DOI 10.22533/at.ed.24219090815	
CAPÍTULO 16	164
TROPICALISTAS: OUSADIAS EM NOITES DE <i>HAPPENINGS</i> E COMUNICAÇÕES INTERROMPIDAS	
Givanildo Brito Nunes Edson Silva de Farias	
DOI 10.22533/at.ed.24219090816	

CAPÍTULO 17	175
UMA INTERPRETAÇÃO DA RELIGIOSIDADE LUSO-BRASILEIRA NA PERSPECTIVA PSICOSSOCIAL DE RUDOLF OTTO	
Michel Kobelinski	
DOI 10.22533/at.ed.24219090817	
SOBRE A ORGANIZADORA	196
ÍNDICE REMISSIVO	197

TROPICALISTAS: OUSADIAS EM NOITES DE HAPPENINGS E COMUNICAÇÕES INTERROMPIDAS

Givanildo Brito Nunes

Mestre e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (Vitória da Conquista-BA). É bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Cinema e Audiovisual: Memória e Processos de Formação Cultural e do Grupo Cultura, Memória e Desenvolvimento – CMD, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unb.

Edson Silva de Farias

Professor adjunto do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília – UnB (Brasília-DF) Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Líder do Grupo de Pesquisa em Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD) e editor da revista Arquivos CMD

RESUMO: Hostilizados à direita e à esquerda, Caetano Veloso e Gilberto Gil vivenciaram os efeitos de uma série de embates simbólicos, em dois *happenings* aqui analisados à luz de Pierre Bourdieu: o discurso de Caetano contra as vaías a ambos no 3º Festival Internacional da Canção, em setembro de 1968; e o espetáculo na boate Sucata, em outubro,

interditado por autoridades policiais com base em notícias sobre supostos “desrespeitos” ao Hino Nacional e aos militares. Tais eventos foram divulgados e julgados pela imprensa da época, o que deu margem a que fossem ainda mais amplificados os efeitos dessas disputas de sentido. Resultado: prisão e exílio. Mas, 50 anos depois, o legado tropicalista continua em discussão. E os baianos, apesar dessas interrupções, percorreram trajetórias marcadas por disputas simbólicas posteriores. Hoje, ocupam os lugares de figuras de autoridade, em seu campo preferencial e, periodicamente, ultrapassando-o.

PALAVRAS-CHAVE: Tropicalismo; grupo baiano; estética; política; lutas simbólicas

TROPICALISTS: DARING IN NIGHTS WITH HAPPENINGS AND INTERRUPTED COMMUNICATIONS

ABSTRACT: Felling the hostility of the right and of the left, Caetano Veloso and Gilberto Gil had experienced the effects of a series of symbolic clashes, in two happenings that we analyze here, in accordance with the Pierre Bourdieu’s theory: Caetano’s speech against the boos to both at the 3rd International Song Festival, in September 1968; and the spectacle at the Sucata nightclub in October, which was banned by police authorities based on reports

of alleged “disrespect” to the National Anthem and the military. These events were publicized and judged by the press of that time, which gave scope for further amplifying the effects of these disputes of meaning. Outcome: imprisonment and exile. But, 50 years later, the tropicalist legacy is still under discussion. And Gil and Caetano, in spite of these interruptions, went through trajectories that was marked by later symbolic disputes. Today, they occupy the places of authority figures, in their preferential field and, periodically, surpassing it.

KEYWORDS: Tropicalism; group from Bahia; aesthetics; politics; symbolic struggles

1 | INTRODUÇÃO

Em 2018, quando se completa o primeiro cinquentenário do tropicalismo na música popular brasileira, constata-se, mais uma vez, que Caetano Veloso e Gilberto Gil, os dois principais artistas a encampar essa empreitada estético-musical entre 1967 e 1968, continuam como figuras de destaque no campo cultural brasileiro. No léxico de Pierre Bourdieu – responsável, com sua teoria do simbólico, por inspirar teoricamente a análise proposta por este trabalho –, ambos se “legitimaram” como “figuras de autoridade” nesse campo. E, com frequência, ultrapassaram os “limites” do campo em que atuam, adentrando os de outros – especialmente, os do campo político.

Para atingir tais posicionamentos na hierarquia do campo cultural, Caetano e Gil cumpriram, ao longo de cinco décadas, trajetórias artísticas que, logicamente, nada tiveram de lineares, ao longo das quais se envolveram numa série de disputas simbólicas em diferentes contextos, envolvendo momentos, lugares e agentes igualmente diversos. Nesses embates de sentido, foram acumulando seus capitais simbólicos, cujos valores se solidificaram gradualmente. No período analisado por este trabalho, Caetano e Gil se lançam ao embate simbólico com adversários estéticos, jornalistas conservadores e, sobretudo, com o agente que possui o monopólio da violência simbólica legítima: o Estado, então ocupado por militares que haviam se aboletado no poder através do golpe civil-militar de 1964.

Os eventos visados aqui são ilustrativos da volatilidade que caracteriza os valores dos capitais simbólicos, já que se trata de comunicações interrompidas, nas quais, a partir de dado momento, Gil e Caetano foram impedidos de se manifestar. De acordo com os termos da época, eram *happenings* que incluíam ousadias estéticas com as quais o público que os acompanhava talvez não estivesse habituado – por isso e também por razões estéticas, políticas ou puramente comportamentais, reagiam de forma agressiva. No primeiro momento, a “agressão” estética operada no palco obteve, como resposta, a agressividade escancarada do público presente ao 3º Festival Internacional da Canção (FIC); no segundo episódio, desta vez num espetáculo fechado na boate Sucata, em que eles reproduziam e potencializavam o conteúdo ensaiado no palco do FIC, ambos foram atacados por setores da imprensa,

que tornaram públicas algumas informações desencontradas sobre supostos atos de “desrespeito” ao Hino Nacional. Depois de tais atos, a consequência mais grave, já em dezembro de 1968, foi a prisão de Caetano e Gil, poucos dias depois da edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5).

2 | LUTAS SIMBÓLICAS E CAPITAIS EM DISPUTA

Aqui, já utilizamos o termo “lutas simbólicas” para fazer referências aos embates em que Gil e Caetano se envolveram na construção de suas trajetórias artísticas. O termo se repetirá, assim como também outras palavras-chaves que constam do aporte teórico fornecido por Bourdieu e seus estudos sobre o simbólico. Em tais disputas, cada um dos envolvidos almejava tornar consensual seu ponto de vista. Para Bourdieu (1998), o mundo social é uma constante luta simbólica, na qual os agentes sociais disputam entre si para fazer prevalecer a sua visão de mundo e a sua ideia de consenso. Ocorre, de forma constante, uma “luta permanente para definir a ‘realidade’” (BOURDIEU, 1998, p. 118). Ainda de acordo com o autor, esses conflitos simbólicos também ocorrem internamente, entre os agentes que formam os grupos.

[...] o mundo social é, ao mesmo tempo, o produto e o móvel de lutas simbólicas, inseparavelmente cognitivas e políticas, pelo conhecimento e pelo reconhecimento, nas quais cada um persegue não apenas a imposição de uma representação vantajosa de si, como as estratégias de “apresentação de si” [...], mas também o poder de impor como legítimos os princípios de construção da realidade social mais favoráveis ao seu ser social (individual e coletivo, por exemplo, com as lutas sobre os limites dos grupos), bem como à acumulação de um capital simbólico de reconhecimento. (BOURDIEU, 2001, p. 228)

O que Bourdieu chama de poder simbólico seria a arma utilizada pelos agentes sociais, nessas já citadas lutas simbólicas, para construir um consenso acerca do mundo social. Trata-se de impor uma espécie de integração entre um grupo de agentes sociais no que se refere ao que eles entendem por “realidade”, levando a que criem num estado “natural” de coisas. Bourdieu defende que, em regra, o “poder simbólico” existe enquanto é ignorado, tanto pelos agentes que o exercem quanto pelos que lhe estão sujeitos.

[...] num estado do campo em que se vê o poder por toda a parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que [...] é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, como efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (BOURDIEU, 1998, pp. 7-8)

Assim, o autor considera que, a depender da situação em que é exercido (e da posição em que estejam os agentes que o exercem), o poder simbólico tanto pode meramente confirmar a realidade dita “oficial”, e assim manter intacta a estrutura do *status quo*, como pode também subvertê-la, trazendo à tona uma nova forma de

consenso e de produção ideológica. Em ambas as situações, no entanto, ele mantém a característica de existir enquanto é ignorado, e de basear-se fundamentalmente na relação de crença entre os que o exercem e os que a ele se subordinam. É aí que se pretende basear a constituição de um poder simbólico e, posteriormente, da posição de “figura de autoridade”, ocupada por Gil e Caetano – graças à legitimidade que eles conquistaram junto a um determinado público, ao longo de suas trajetórias artísticas.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo, poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. [...] O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras. (BOURDIEU, 1998, pp. 14-15)

O que legitima o agente, para que ele possa dispor de seu poder simbólico, é o seu capital simbólico – aquilo que lhe confere prestígio, fama, reputação, enfim, elementos que, dentro de um determinado grupo, garantem-lhe a legitimidade de que ele precisa para ser visto como portador do direito de exercer o poder simbólico sobre os outros.

Ser esperado, solicitado, assoberbado por obrigações e compromissos, tudo isso tem o significado não apenas de ser arrancado da solidão ou da insignificância, mas também de experimentar, da maneira mais contínua e mais concreta, o sentimento de contar para os outros, de ser importante para eles, logo para si mesmo, e encontrar nessa espécie de plebiscito permanente que vêm a ser os testemunhos incessantes de interesse – pedidos, expectativas, convites – uma espécie de justificativa continuada para existir. (BOURDIEU, 2001, p. 294)

Uma das formas mais elementares de manifestação do poder simbólico é o poder de nomeação – ou seja, a legitimidade de que o agente se investe para estabelecer divisões na “realidade”, valendo-se do capital simbólico de que se investiu nas lutas anteriores em que se envolveu. De posse desse poder, ele eventualmente pode “decidir” sobre os destinos dos que estão à sua volta – atitude que pode ou não ter o efeito desejado. Se o poder de nomear oferece ao seu detentor a possibilidade de construir uma “verdade”, também lhe permite definir o que se considera como “mentira”. Impõe-se, assim, uma sucessão de versões do que se tem por “realidade”. E, nesse caso, a forma como prevalecem é diretamente proporcional ao volume do capital simbólico de quem as defende. Prosseguindo com Bourdieu:

Este acto de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é um acto de conhecimento, produz a existência daquilo que enuncia [...] O auctor, mesmo quando só diz com autoridade aquilo que é, mesmo quando se limita a anunciar o ser, produz uma mudança no ser: ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir, como conformes à natureza das coisas, “naturais”. (BOURDIEU, 1998, p. 114)

Registre-se que o valor do capital simbólico não é imutável. A ordem da hierarquização, nas posições ocupadas pelos agentes, está diretamente ligada à forma como varia o valor dos capitais simbólicos em disputa. O capital não tem valores fixos: a forma como eles são levados em consideração pode variar de forma subjetiva, a depender do contexto em que os agentes se lançam aos embates. Eles podem manter a legitimidade que lhes garante a dominação simbólica, ou podem perdê-la.

3 | A HORA DO ENFRENTAMENTO

O ano de 1968 foi pródigo em disputas simbólicas, sobretudo nos campos político e cultural brasileiros. Uma análise do jornalista Zuenir Ventura, acerca do período histórico que nos interessa, é bem ilustrativa a respeito desse cenário de enfrentamentos:

De fato, nesses últimos meses do ano, o país acumulou uma considerável soma de crises que atingiram praticamente todas as áreas fortalecendo as bases radicais. A marcha da insensatez parecia irreversível. À medida que a intolerância ia tomando conta do governo, a única resposta possível parecia ser o radicalismo, que se manifestava no movimento estudantil, na política, nas artes no showbiz. Longe iam os tempos em que o diálogo ainda podia ser pelo menos uma esperança. Era a hora do enfrentamento. As esquerdas lutavam contra a ditadura e, preferencialmente, entre si. A intolerância não tinha mais ideologia. (VENTURA, 2018, p. 199)

Em âmbito internacional, havia a Guerra Fria a dividir ideologicamente o planeta entre os países que se alinhavam ao capitalismo dos Estados Unidos ou ao comunismo da União Soviética (excluindo-se, aqui, as nuances e subdivisões que havia entre ambos os sistemas). No caso do Brasil, imerso numa ditadura militar desde 1964, havia um alinhamento automático aos Estados Unidos e uma perseguição aos opositores, mesmo aqueles que não se encaixavam exatamente na definição clássica de “comunistas”. Havia notícias diariamente sobre conflitos entre estudantes e policiais, atentados terroristas, etc. Tais informações chegavam ao cenário musical do momento, incorporando-se às aspirações de certos artistas e, conseqüentemente, às relações que se estabeleciam entre eles.

Para Gil e Caetano, essa realidade de confrontos se tornara palpável, pelo menos, desde 1967, no 3º Festival da Música Popular Brasileira da TV Record, quando ambos lançaram publicamente as bases do movimento tropicalista em sua versão musical. Influenciados por discussões teóricas e, ao mesmo tempo, por ambições estéticas em busca de novas aberturas em termos de produção musical, esses artistas se lançaram a essa empreitada, aliados a outros que compunham o “grupo baiano”, como Tom Zé, Capinam, Torquato Neto, Gal Costa, Rogério Duarte, etc. A respaldá-los, havia artistas plásticos como Hélio Oiticica e poetas concretistas, como Augusto e Haroldo de Campos. Havia ainda integrantes de outras áreas do campo cultural, já que, naquele momento, a tendência “tropicalista” já se manifestava em outros segmentos culturais brasileiros. No meio teatral, insinuava-se com José Celso Martinez Corrêa e o Teatro

Oficina, responsáveis por encenar *O rei da vela*, de Oswald de Andrade, e *Roda Viva*, de Chico Buarque. No cinema, a ousadia estava a cargo de Glauber Rocha e de seus companheiros do Cinema Novo, em filmes como *Deus e o diabo na terra do sol* e, principalmente, *Terra em transe* (ambos de Glauber).

No cenário musical, os tropicalistas propunham uma universalização da música popular brasileira, absorvendo elementos da música pop internacional e, simultaneamente, assumindo aspectos da cultura brasileira ainda considerados “cafonas” e alocados na categoria de “menor importância” cultural. Quando o tropicalismo surgiu, em 1967, o *showbiz* musical brasileiro via-se dividido entre a chamada música “de protesto”, em tendência de contestação à ditadura recém-instalada, e a Jovem Guarda, um movimento de *rock and roll* tupiniquim fundamentado em versões de sucessos estrangeiros e letras geralmente românticas. É nesse contexto de enfrentamento, sob o pano de fundo da Guerra Fria, que esse grupo de jovens artistas, sob a liderança artística de Caetano e Gil, propõe que se prossiga com o que Caetano chamou de “linha evolutiva” da música popular brasileira, após a revolução estética provocada pela Bossa Nova. O compositor se referia à necessidade de se “retomar” a “evolução” que se insinuara na música popular brasileira, desde o samba até o ápice de absorção da “modernidade”, a Bossa Nova. Caetano, Gil e seus companheiros queriam uma presença maior e mais perceptível dessa “modernidade” na produção musical do país.

Os tropicalistas esbarraram na oposição dos artistas que “defendiam” a música brasileira do que consideravam uma “invasão” por influências estrangeiras. Eles também se tencionaram com os que priorizavam mensagens de protesto e reivindicações sociais. Entre as razões para essa animosidade, estava o fato de que, em suas canções, eles passaram a absorver as influências estrangeiras contidas no iê-iê-iê da “Jovem Guarda” e inovaram com guitarras elétricas, sem qualquer sentimento de culpa ou “colonização”. Toda essa ousadia em manifestações musicais era acompanhada por outro tipo de ousadia, este voltado ao aspecto comportamental. Havia ali uma sutil sugestão de ambiguidade sexual que não foi bem recebida por nenhum dos flancos do espectro político. Assim, eles atraíram a repulsa tanto da direita, que os tachava de “imorais” e “porras-loucas”, quanto da esquerda, para quem não passavam de “alienados”, subservientes à cultura imperialista norte-americana e inglesa.

4 I ‘MAS QUE JUVENTUDE É ESSA?’

Caetano Veloso e Gilberto Gil já eram agentes detentores de consideráveis capitais simbólicos quando se apresentaram no 3º Festival Internacional da Canção, organizado pela TV Globo em fins de setembro de 1968. Porém, esse capital não se lhes revelou favorável ali, no palco do Teatro da Universidade Católica de São Paulo (Tuca), onde ocorreram as eliminatórias do Festival. A plateia era predominantemente

formada por jovens estudantes identificados com o ideário de inspiração nacionalista e esquerdizante, tendência que se opunha às propostas tropicalistas e preferia a “autêntica” música brasileira, sem interferências estrangeiras. Apresentavam-se, portanto, diante de adversários, em termos estéticos. Ao apresentar *Questão de Ordem*, na qual se inspirava no canto falado do guitarrista norte-americano Jimi Hendrix, Gil foi vaiado pelo público e teve sua canção desclassificada pelo júri. Caetano, por sua vez, cantou e apresentou seu *happening* com *É proibido proibir* – e, mesmo tendo sido vaiado, foi classificado pelos jurados para a etapa seguinte. E foi então, nas semifinais do Festival, que ocorreu o *happening* que, por ora, mais nos interessa. Ao entrar no palco, o baiano estava decidido a provocar. Afinal, seu número musical não envolvia apenas a canção. Havia comunicações a fazer por meio de roupas, gestos e do grupo que o acompanhava – Os Mutantes, em plena sintonia com os Beatles.

Caetano vestia roupas de plástico coloridas, adornadas por colares com lâmpadas e dentes de animais. Enquanto cantava, repetia, com a pélvis, gestos para a frente e para trás, como se simulasse uma relação sexual. Anos depois, o compositor descreveria seu gesto como um “rebolado cubano-baiano” (VELOSO, 2017, p. 311). A introdução de *É proibido proibir*, criada pelo maestro Rogério Duprat, era intencionalmente longa e atonal: um emaranhado de imagens sonoras que se confundiam e formavam algo diferente da maioria das canções populares da época. Isso já foi suficiente para motivar as primeiras vaias. Assim que Caetano começou a cantar, o volume de vaias se intensificou e tornou difícil, para o cantor, prosseguir com o número da forma como o havia planejado. Diante dessa interrupção, Caetano, então, viu-se levado a subverter a própria apresentação, improvisando e, em seguida, dando origem a um novo *happening*. O artista parou de cantar e, acuado, começou a fazer uma espécie de desabafo em forma de manifesto, aos berros. Os Mutantes, no entanto, continuaram a tocar, extraíndo acordes agressivos e distorcidos de seus instrumentos elétricos. E foi esse som, aliado ao das vaias, xingamentos e palavrões do público, que embalou o discurso improvisado de Caetano. Uma série de frases catárticas, entremeadas de componentes que transcendem o conteúdo puramente musical:

Mas é isso que é a juventude que diz que quer tomar o poder? Vocês tem coragem de aplaudir, este ano, uma música, um tipo de música que vocês não teriam coragem de aplaudir no ano passado. São a mesma juventude que vai sempre, sempre, matar amanhã o velhote inimigo que morreu ontem! Vocês não estão entendendo nada, nada, nada, absolutamente nada! [...] Hoje não tem Fernando Pessoa! Eu hoje vim dizer aqui que quem teve coragem de assumir a estrutura do festival, não com o medo que o sr. Chico de Assis pediu, mas com a coragem, quem teve essa coragem de assumir esta estrutura e fazê-la explodir foi Gilberto Gil e fui eu. Vocês estão por fora! Vocês não dão pra entender. Mas que juventude é essa, que juventude é essa? (VELOSO 1968 apud VENTURA, 2018, p. 201)

Além de vaiar e insultar os artistas, o público passou a atirar tomates, papéis amassados, pedaços de madeira, etc. Embora tentassem abafar-lhe a voz, Caetano continuava a discursar. Em dado momento, chamou Gil, que estava na plateia, e este

subiu ao palco para postar-se ao lado do companheiro. O público já lhes havia dado as costas. Debochados, os Mutantes imitaram o gesto: sem parar de tocar, também viraram as costas para o público.

Gilberto Gil está aqui comigo pra nós acabarmos com o festival e com toda a imbecilidade que reina no Brasil. Acabar com isso tudo de uma vez! Nós só entramos em festival pra isso, não é, Gil? Não fingimos, não fingimos que desconhecemos o que seja festival, não. Ninguém nunca me ouviu falar assim. Sabe como é? Nós, eu e ele, tivemos coragem de entrar em todas as estruturas e sair de todas, e vocês? E vocês? (VELOSO 1968 apud VENTURA, 2018, p. 202)

Antes de dar sua fala por concluída, Caetano relacionou a política à estética, estabelecendo um entrelaçamento dos campos nos quais se davam as disputas simbólicas que levaram às vaías e ao *happening*: “Se vocês, se vocês em política forem como são em estética, estamos feitos! Me desclassifiquem junto com o Gil! Junto com ele, tá entendendo? O júri é muito simpático, mas é incompetente. Deus está solto!” (VELOSO 1968 apud VENTURA, 2018, p. 202)

5 | NOITES DE LOUCURAS

Apesar da interrupção no Tuca, os baianos encontraram outras formas de fazer valer suas “verdades”. Em outubro de 1968, enquanto eram realizadas as finais do FIC no Maracanãzinho, Caetano, Gil e os Mutantes fizeram uma série de espetáculos na boate Sucata, no Rio de Janeiro. Ali, num *show* fechado, levaram às últimas consequências as ousadias praticadas no Festival. Mantiveram as guitarras elétricas, o figurino, o repertório – incluindo as vaiadas *Questão de ordem* e *É proibido proibir*, além de outras pérolas tropicalistas – e a disposição para novos *happenings*. Caetano, muitas vezes, estirava-se no chão, plantava bananeira, cantava deitado, enfim. O *show* seria descrito pelo artista, décadas depois, como “possivelmente a mais bem-sucedida peça do tropicalismo” (VELOSO, 2017, p. 311), por ter sido “a que melhor expunha nossos interesses estéticos e nossa capacidade de realização” (VELOSO, 2017, p. 311).

Enquanto durou, a temporada dos tropicalistas na boate Sucata foi considerada “um sucesso” (GIL e ZAPPA, 2013, p. 116), com a casa se mantendo lotada. Mas essa manifestação também acabou por ser “interrompida” por agentes que se opunham às propostas dos tropicalistas – e, desta vez, não por jovens estudantes de esquerda. Agora, era parte da imprensa – um setor, aliás, em que eles encontraram intensa oposição, embora também tenham sido bem recebidos em alguns setores. O jornal *Última Hora*, por exemplo, classificou o espetáculo como uma “noite de loucuras” (CALADO, 1997, p. 229). Já o jornalista José Carlos Oliveira, no *Jornal do Brasil*, aprovou o *show* e as ligações dos baianos com o pop internacional: “Nunca nenhum espetáculo me pareceu representar, como esse, a alegria de viver. Estamos revivendo o instante em que os Beatles surgiram numa caverna de Liverpool” (OLIVEIRA 1968

apud CALADO, 1997, p. 232). Mas é preciso lembrar que se vivia então um período de radicalização dos posicionamentos. Os militares estavam prestes a decretar o AI-5. E os tropicalistas, embora não se encaixassem no estereótipo da oposição de esquerda daqueles tempos, também incomodavam os conservadores e o poder instituído, por seu discurso de contestação estética, política e comportamental. “Éramos mais difíceis de decifrar”, recordaria Gil (GIL e ZAPPA, 2013, p. 131).

Houve uma série de boatos na imprensa de que “Caetano e Gil apareciam enrolados na bandeira brasileira e cantavam ‘o Hino Nacional enxertado de palavrões’” (GIL e ZAPPA, 2013, p. 116). Outro elemento do *show*, também motivador de polêmicas e maledicências, foi um estandarte produzido por Hélio Oiticica, que trazia a frase “Seja marginal, seja herói”, juntamente com a imagem do bandido Cara de Cavalo, morto pela polícia havia pouco tempo. Publicados em alguns jornais, esses boatos foram disseminados pelo apresentador Randal Juliano, em programas de rádio e televisão (por sinal, um desses programas, apresentado por Juliano na TV Record, chamava-se *Guerra é guerra*). Baseando-se em recortes de jornais, o apresentador fez comentários críticos sobre a “baderna” (CALADO, 1997, p. 233) que essas publicações diziam ocorrer durante os *shows* na boate Sucata. Em razão do que se dizia sobre o estandarte de Hélio Oiticica e, levando em consideração a amplificação dos boatos pela imprensa, autoridades policiais tentaram censurar o espetáculo, instando Caetano a assinar um documento em que se comprometeria a não falar durante a apresentação. O artista, que sempre negou ter cantado o Hino Nacional na Sucata, recusou-se a acatar a recomendação e ainda denunciou a tentativa de censura, enquanto cantava *É proibido proibir*. No dia seguinte, a boate foi interditada, e o espetáculo, encerrado. Mais uma comunicação interrompida, em meio às disputas de sentido impetradas pelos tropicalistas. Porém, ousadas e *happenings* ainda seriam protagonizados ao vivo pelos tropicalistas no programa semanal *Divino, maravilhoso*, veiculado pela TV Tupi entre outubro e dezembro de 1968. Era o mesmo conteúdo dos *shows* da Sucata, com adaptações para o formato televisivo. As adaptações não chegavam a diminuir o impacto das apresentações junto ao público – a exemplo de um número em que Caetano cantava a marchinha *Boas festas*, de Assis Valente, mantendo um revólver apontado para a própria cabeça. Segundo Calado (1997, p. 251), Caetano se inspirou em *Terra em transe* para compor a cena. A letra de *Boas festas* ironiza o espírito natalino. Além disso, o baiano Assis Valente era negro e bissexual, e realmente se suicidou em 1958, aos 47 anos.

Ou no programa em que Gil interpretava Jesus Cristo numa reprodução tropicalista da Santa Ceia, na qual ele e seus “discípulos” devoravam frutas e bacalhaus que, em seguida, eram jogados para a plateia, à maneira do apresentador “tropicalista” Abelardo Barbosa, o Chacrinha (CALADO, 1997, pp. 235 e 238).

Depois desses embates nos últimos meses do ano, e poucos dias depois de decretado o AI-5, Gil e Caetano foram presos. Eles passaram o réveillon num presídio carioca e só saíram da cadeia depois do carnaval de 1969. Amargaram ainda quatro

meses sob estrita vigilância policial em Salvador. Em julho, embarcaram para um exílio na Europa, sem previsão de retorno ao Brasil. Só voltaram em definitivo após dois anos e meio, em 1972.

6 | CONCLUSÃO

Após verificarmos tais exemplos de disputas simbólicas, nas quais Gil e Caetano puseram à prova seus capitais simbólicos na tentativa de fazer valer “visões vantajosas de si” e estabelecer o que consideravam a sua definição acerca da “realidade”, recordemos que os valores dos capitais simbólicos podem variar, de acordo com o contexto do campo em que ele é utilizado. Já vimos que o valor do capital simbólico e a conquista do poder simbólico dependem da “importância social reconhecida” (BOURDIEU, 2001, p. 294). A legitimidade do capital precisa que outros agentes possuam com ele harmonia suficiente para estarem dispostos a reconhecê-lo como “signo de importância” (BOURDIEU, 2001, p. 296). Quanto à mutabilidade dos valores conferidos aos tipos de capitais simbólicos, o autor a compara, por sua volatilidade, ao que ocorre num mercado de ações.

As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado (de facto, a cada campo ou subcampo corresponde uma espécie de capital particular, que ocorre, como poder e como coisa em jogo, neste campo). Por exemplo, o volume do capital cultural (o mesmo valeria, mutatis mutandis, para o capital económico) determina as probabilidades agregadas de ganho em todos os jogos em que o capital cultural é eficiente, contribuindo deste modo para determinar a posição no espaço social (na medida em que esta posição é determinada pelo sucesso no campo cultural) (BOURDIEU, 1998, p. 134).

A análise bourdieusiana leva, então, à compreensão de que um agente pode “vencer” ou “perder” embates dentro dos campos de produção simbólica em que estiver inserido. Agentes alcançam reconhecimento em razão da legitimidade e do posicionamento que ocupam em seus campos de produção simbólica. Por isso, podem dispor do poder simbólico sobre outros agentes, exercendo assim a dominação simbólica. No balanço das “vitórias” e “derrotas” que obtiveram em cinco décadas de disputas de sentido, Gil e Caetano conquistaram posições a partir das quais, hoje, conseguem exercer o que poderia ser analisado como uma “dominação simbólica”.

Em 1968, embora já dispusessem de capitais simbólicos que os distinguíssem, isto não foi suficiente para evitar que fossem atingidos pelo poder de nomeação do Estado, que lhes cravou um novo estigma de “subversivos”. Diante da oficialidade que emana das nomeações feitas por esse agente, os dois sucumbiram à prisão – ainda que negassem o suposto “desrespeito” ao Hino Nacional e que nada lhes tenha sido dito como justificativa oficial da prisão. Entretanto, em lutas simbólicas posteriores, a “importância social” voltou a ser reconhecida. Gil e Caetano, hoje, mantêm capitais simbólicos de “reconhecimento”. E, após tantas disputas de sentido, o tropicalismo

continua presente na música popular brasileira.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz (português de Portugal). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CALADO, Carlos. **Tropicália: a história de uma revolução musical**. São Paulo: Editora 34, 2008.

GIL, Gilberto e ZAPPA, Regina. **Gilberto bem perto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

VELOSO, Caetano. **Verdade tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

SOBRE A ORGANIZADORA

GABRIELLA ROSSETTI FERREIRA Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.

Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.

Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).

Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arte 7, 72, 87, 133, 134

C

Civilização 5, 115, 161

Comunidade 62, 93, 94, 98

Conhecimento 54, 70, 97

Contexto 98

Cultura 2, 5, 8, 18, 24, 26, 54, 70, 72, 101, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 140, 142, 162, 164

D

Democracia 134

Desenvolvimento 55, 70, 90, 97, 98, 99, 128, 164, 196

Diferenciação 2, 5, 24

Discurso 162

E

Escola 98, 122, 125, 126, 128

H

História 2, 3, 12, 13, 16, 17, 26, 30, 34, 39, 41, 42, 54, 70, 71, 72, 88, 115, 141, 151, 160, 161, 175, 176, 193, 194

I

Identidade 25, 127, 130

L

Liberdade 98, 185

M

Memória 71, 72, 79, 117, 151, 164, 194

P

Percepção 141

Política 42, 97, 127, 128, 129, 133, 134

Processo 141

R

Realidade 88

Resistência 2, 5, 24, 154

Revolução 5, 27, 28, 35, 37, 38, 41, 42, 106, 111, 136

S

Social 2, 5, 6, 17, 24, 26, 40, 41, 52, 55, 70, 88, 97, 131

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-524-2



9 788572 475242